

5. PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA O ANO DE 2023.

Submete-se proposta nos termos do disposto na alínea ccc), nº 1, artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do art.º 25º, da mesma lei e na alínea c), do nº 1, do art.º 25º e nºs 1 e 2 do art.º 26º, ambos da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, com as respetivas alterações, aprove o percentual de 3,25% relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2023, o que significa uma redução de 0,50 pontos percentuais face ao ano anterior, e 0,75 pontos percentuais quando comparado com o ano 2021, que se anexa.

PROPOSTA

ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2023

Submete-se à apreciação do executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – ano de 2023.

Considerando que:

- a) De acordo com a alínea f), do artigo 14º, da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25º e seguintes, da mesma Lei;
- b) Nos termos da alínea c) do nº 1, do artigo 25º e do nº 1, do artigo 26º, ambos da referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5%, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, participação essa calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1, do artigo 78º do Código do IRS;

Considerando, ainda:

- a) A carga fiscal que onera as famílias nos últimos anos;
- b) Os constrangimentos financeiros que ainda assolam as famílias na sequência da pandemia epidemiológica do novo Coronavírus (COVID-19);
- c) As consequências económicas e sociais da invasão da Ucrânia pela Rússia;
- d) A perda de poder de compra das famílias em resultado das fortes pressões inflacionistas;

Propõe-se que:

Nos termos do disposto na alínea ccc), nº 1, artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do artº 25º, da mesma lei e na alínea c), do nº 1, do artº 25º e nºs 1 e 2 do artº 26º, ambos da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, com as respetivas alterações, aprove o percentual de 3,25% relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2023, o que significa uma redução de 0,50 pontos percentuais face ao ano anterior, e 0,75 pontos percentuais quando comparado com o ano 2021.

Braga, 6 de dezembro de 2022

O Presidente da Câmara Municipal



Ricardo Rio